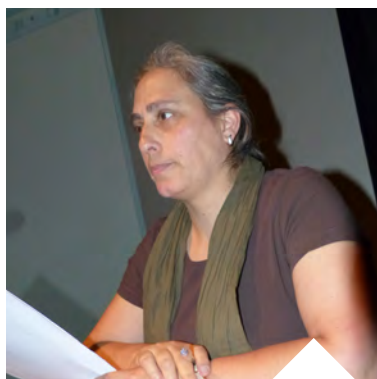


## As coleções não europeias do Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz



*Ana Margarida Ferreira, Ana Paula Cardoso, Anabela Bento  
Conservadoras do Museu Municipal Santos Rocha*

*Elisabete Pereira  
Investigadora do IHC (NOVA FCSH, Univ. Évora),  
Coordenadora do Projeto TRANSMAT*

---

*Neste artigo dá-se uma breve explicação sobre a fundação do Museu Municipal Santos Rocha (MMSR), no final do século XIX, enveredando, de seguida, pela análise da sua secção etnográfica, composta, maioritariamente, de objetos de proveniência não europeia. Demonstra-se como esta secção servia objetivos de estudo comparativo com os acervos arqueológicos pré-históricos e rastreia-se a evolução das formas de expor estas coleções no MMSR. Apresenta-se o projeto TRANSMAT que investiga, no MMSR e no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), as coleções de comparação em museus de arqueologia. Finalmente, apresenta-se a coleção de mobiliário indo-português que, na segunda metade do século XX, dá continuidade à incorporação de objetos não europeus no acervo do MMSR, dentro de um paradigma museológico de Museu de Arte completamente diferente do paradigma do Museu de Ciência do século XIX.*

---

## Introdução

O Museu Municipal da Figueira foi fundado em 1894, por António dos Santos Rocha (1853-1910), figueirense pertencente à elite económica, social e política local. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, estagiou em Lisboa, abriu escritório de advocacia na Figueira da Foz, militou no partido regenerador, foi vereador e Presidente da Câmara Municipal, “desistiu” da política, casou-se, viajou por Espanha e voltou arqueólogo, ou pelo menos decidido a sê-lo, já que a disciplina arqueológica não lhe era de todo estranha, tendo privado desde a infância com Adolfo Ferreira Loureiro, vulto maior da geração dos percursores e, já adulto (enquanto autarca de 1878 a 1880) com outro ilustre arqueólogo, Nery Delgado. As suas primeiras escavações arqueológicas ocorreram em 1886, com o apoio de uma comissão de sábios apontados pelo Instituto de Coimbra, associação científica e literária, parauniversitária, que mantinha uma Secção de Arqueologia e um Museu, de que era sócio correspondente. Os objetos dessa expedição e das subsequentes foram, aliás, oferecidos ao Museu do Instituto. Porém, a colheita de objetos ter-se-á tornado muito avultada e Santos Rocha sentir-se-ia suficientemente seguro e motivado para propor à Câmara Municipal a criação de um Museu. Assim aconteceu, de facto, e o estabelecimento abriu portas no dia 6 de maio de 1894, em instalação provisória, num antigo palácio episcopal de veraneio que neste fim de século albergava diversos serviços públicos, a Casa do Paço. No mesmo dia, ocorreu uma dupla inauguração deveras significativa, pois, além da abertura do Museu “provisório”, era lançada a primeira pedra do edifício público destinado a receber os Paços do Concelho, projeto de arquitetos italianos sob programa da elite governante: repartições públicas, mas também Museu e Biblioteca, Escola Comercial e Tribunal; e uma Sala de Sessões onde iriam pontificar os mais emblemáticos objetos arqueológicos. A inauguração do “verdadeiro” Museu viria a ocorrer no dia 1 de junho de 1899. Estava aberta uma estrada larga de estudo e investigação, tanto mais que, em simultâneo com a nova montagem do museu, se tinha organizado, e legalmente fundado, uma sociedade científica para “auxiliar o desenvolvimento do Museu Municipal” (Estatutos da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz, 1898).

O Museu Municipal da Figueira da Foz, como então se designava, teve, desde a primeira hora, um programa científico muito bem definido e claramente enunciado nas sucessivas versões do seu regulamento interno. Vocação e organização são matéria dos artigos de abertura: O Museu da Figueira é: “etnográfico e industrial” (1894); “arqueológico, etnográfico e industrial” (1900); “arqueológico e etnográfico” (1902). Desde a primeira hora, o Museu dividiu-se em secções, que pouco variaram. À parte a secção das indústrias do concelho, que foi extinta em 1902, as outras secções são de arqueologia pré-histórica, arqueologia proto-histórica, arqueologia histórica e “etnográfica dos povos selvagens dos tempos modernos” (última versão do regulamento, 1902, publicado em 1905 nas páginas iniciais do *Catálogo Geral* (Rocha 1905).

### 1. A Secção Etnográfica ou Sala de Comparação

Para a análise das proveniências da Sala de Comparação centrámos a nossa atenção em fontes documentais que consideramos de especial relevância não só para a história da instituição, mas igualmente para a reconstituição do percurso dos objetos, desde o seu fabrico até à sua incorporação no Museu Municipal: o “Livro de Registo das Entradas por Donativo” e o “Livro de Registo de Entradas por Depósito”, ambos com termo de abertura de 1 de setembro de 1893 e assinatura do então Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Joaquin Pereira Jardim, e o já mencionado *Catálogo Geral* (Rocha 1905).

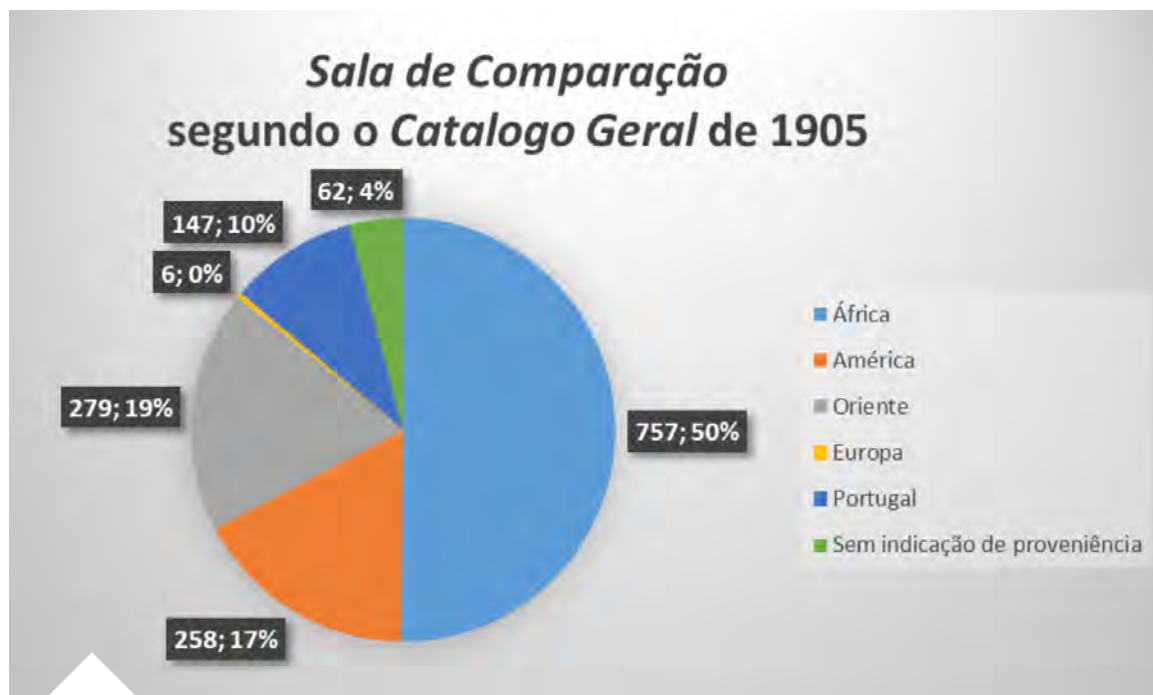


Figura 1. Proveniência dos objetos da Sala de Comparação segundo o *Catálogo Geral* de 1905.

É através destes documentos que percebemos a predominância dos objetos provenientes do continente africano, sobretudo de Angola e Moçambique, e do continente asiático com especial destaque para o acervo relativo a Timor (que Santos Rocha inclui na Oceânia), enquadrados no âmbito da chamada 3.<sup>a</sup> secção de “etnografia dos povos selvagens dos tempos modernos”. São também eles que nos remetem para o extenso leque de personagens que contribuem para o enriquecimento do espólio museológico de 1893 até 1910, ano em que ocorre o falecimento precoce de Santos Rocha.

Uma análise aprofundada do “Livro de Registo das Entradas por Donativo” permite-nos salientar, de entre os nomes registados e referenciados, António d’Oliveira e Silva, da Figueira da Foz, mas que sabemos ter viajado e residido em Angola, e o Comandante João dos Santos Pereira Jardim que, não só adquire objetos em Timor com o propósito concreto de os oferecer ao Museu da Figueira, como elabora ainda dois relatórios com estudos etnográficos sobre aqueles povos, relatórios esses que serão apresentados por Santos Rocha em sessão plenária da Sociedade Arqueológica, publicados na revista *Portugalia*, cujas separatas foram anexadas ao *Boletim* da Sociedade, em 1905.

O *Catálogo Geral* fornece-nos uma clara perceção de que a maior fatia do acervo integrado na então denominada Sala de Comparação é proveniente de África, seguindo-se a Ásia e, por fim, a América do Sul. Menos relevante é o conjunto de objetos não europeus que são designados para integrar a Secção de Arqueologia Histórica.

Como se pode verificar, a presença de objetos não europeus no acervo fundador está relacionada com a conceção teórica do museu enquanto museu etnográfico, numa época em que a etnografia, conceito mais lato do que o de arqueologia, pretendia compreender os povos pré-históricos. Desde a primeira hora, desde o anteprojeto do regulamento interno que data de 1894 até ao regulamento de 1902, publicado em 1905, que existe neste museu uma Secção Etnográfica ou Sala de Comparação. Há pequenos detalhes na evolução do articulado das três versões conhecidas dos regulamentos que são relevantes e suscetíveis de elucidar a evolução teórica do pensamento do fundador. Porém, esse é assunto que transcende o objetivo da nossa apresentação e por isso será relegado para trabalhos subsequentes. Fixemo-nos, portanto, no articulado do regulamento interno de 1902, publicado em 1905.

## Regulamento do Museu Municipal da Figueira da Foz

### Título I

#### Da organização do museu

ARTIGO 1.º - O museu municipal da Figueira da Foz é arqueológico e etnográfico.

(...)

ART. 3.º - O museu divide-se em quatro secções:

1.ª – Secção de arqueologia pré-histórica, destinada a reunir principalmente todos os vestígios do homem pré-histórico no concelho da Figueira e acessoriamente os seus vestígios em outras regiões, para o estudo etnográfico dos povos dessa obscura época.

2.ª – Secção etnográfica dos povos selvagens dos tempos modernos, compreendendo os objetos das suas artes ou indústrias, que possam interessar ao estudo etnográfico dos selvagens dos tempos pré-históricos na Europa.

3.ª – Secção de proto-história, na qual se recolherão todos os vestígios do homem dos tempos proto-históricos do concelho da Figueira, e também os seus vestígios encontrados em quaisquer outras regiões do país, para o estudo etnográfico dos povos dessa época.

4.ª – Secção de arqueologia histórica, destinada a reunir todos os objetos de arte ou indústria, que possam interessar à história do trabalho humano ou ao estudo dos usos e costumes dos povos nas épocas anteriores à atual.

§ único. – A 2.ª secção que é propriamente de *comparação*, pode reunir também todos os objetos produzidos ou usados em qualquer lugar ou época, que tenham semelhanças ou concorram para explicar os das civilizações primitivas (Rocha 1905, 9-10).

Por ser relevante para a clarificação do objetivo da Sala de Comparação, tomemos também em conta uma nota intitulada “Explicações”, igualmente publicada no *Catálogo Geral* imediatamente a seguir ao regulamento.

Entre as secções de Pré-história e Proto-história está intercalada a Sala de Comparação. Esta secção serve para auxiliar o estudo das civilizações pré-históricas ou proto-históricas, principalmente pela comparação dos seus monumentos e restos de indústrias com os dos selvagens dos tempos modernos. O catálogo regista as suas coleções logo em seguida às da Pré-história; e depois é que passa às da Proto-história, não só por ser a ordem estabelecida na organização do Museu, mas porque é principalmente ao estudo da idade da pedra que elas interessam (Rocha 1905, 18).

No *Catálogo Geral*, fica assim perfeitamente clara a vocação etnográfica do Museu da Figueira da Foz e a intenção de estudo comparativo que preside à criação da sua secção etnográfica dos “primitivos selvagens dos tempos modernos”. É nesta secção ou sala (expressões da época) que se concentram as mais ricas coleções (terminologia nossa) provenientes de fora da Europa que este museu estuda, conserva e divulga há 127 anos.

## 2. As formas de expor: da Sala de Comparação à Sala de Etnografia

É possível acompanhar a evolução da “Sala de Comparação” desde a primeira instalação provisória (1894-1899) na Casa do Paço até à atualidade, através de um conjunto de fotografias que reproduzimos, em parte. As fotografias da Casa do Paço são inconfundíveis devido à existência do friso de azulejos de Delft que ornamenta as paredes e sobre o qual – estranhamente para os padrões patrimoniais da atualidade – se vêem algumas peças avulsas ou vitrinas adossadas. Conhecemos duas fotos da secção etnográfica tiradas de lados opostos (Fig. 2, A e B). Ao centro, impera uma instalação hexagonal, composta por um estrado e o que aparenta ser uma mesa a partir da qual pendem esteiras africanas, sobre as quais pousam cestas de palha. O andar imediatamente superior aparenta ser uma composição de mais esteiras enroladas e acopladas por um tecido franjado, prosseguindo em altura, com chapéus num primeiro nível, mais cestos, em dois níveis e, finalmente, um cesto em forma de açafate. Nas paredes, os objetos dispõem-se em forma de panóplia tirando partido das formas longilíneas das armas, setas especialmente, mas também um arco enquadrando diversos outros objetos ainda hoje existentes na coleção, supomos que na sua quase totalidade. Estas fotografias documentam uma cuidada “disposição artística dos objetos” que sabemos ter estado a cargo de Francisco Ferreira Loureiro, técnico silvicultor, membro da comissão instaladora do museu e companheiro de Santos Rocha, muitas vezes elogiado pelos “seus variados conhecimentos e reconhecida competência artística” (Correio da Figueira, 22 de junho de 1893, citado por Pereira e Cardoso 1994, 33).

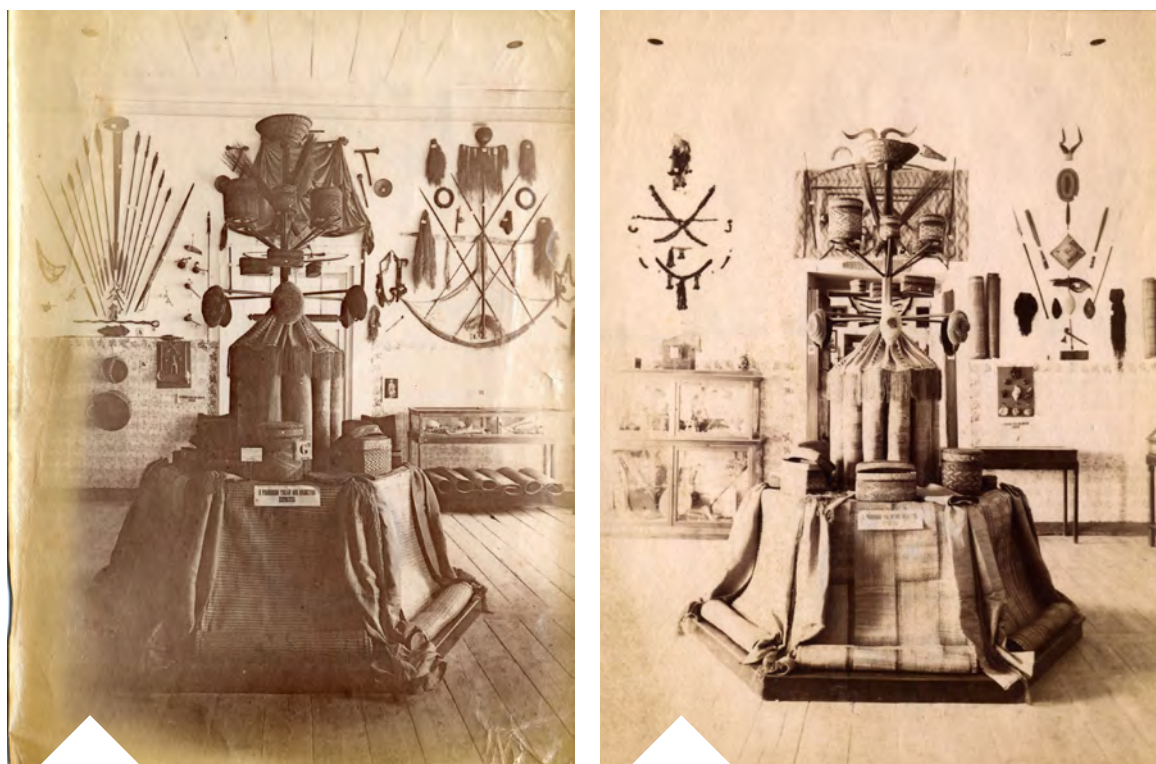


Figura 2 A e B. Os dois lados opostos da Sala de Comparação, Casa do Paço, 1894-1897.

Como se referiu esta disposição durou até à transferência para as instalações “definitivas”, projetadas e construídas de raiz no edifício dos Paços do Concelho, onde abriu ao público a 1 de junho de 1899, agora com mobiliário novo desenhado e produzido para o efeito. Nos “trabalhos de instalação que foram longos e fatigantes” Santos Rocha menciona a “eficaz coadjuvação na disposição dos objetos e no fornecimento de desenhos” por parte de Francisco Ferreira Loureiro (citações de um ofício dirigido por Santos Rocha à Câmara Municipal, incluso na Acta da sessão camarária de 6 de abril de 1899, transcrita por Pereira 1986, 27)



Figura 3. Sala de Comparação. Edifício dos Paços do Concelho, primeiro andar, instalação que durou de 1899 a 1941.

De facto, as fotografias (Fig. 3) desta segunda instalação mostram a mesma mão na disposição artística dos objetos e não é difícil de imaginar o seu dono, Francisco Ferreira Loureiro. Nesta fotografia vê-se, em primeiro plano, uma pequena vitrina, com prateleiras cheias de cacos cerâmicos (alguns armados em quadros de cartão) e uma imponente ânfora inteira (n.º 4331 – ânfora de estilo grego, proveniente de Onteniente, Valência del Cid, Espanha), que alberga as coleções arqueológicas próprias da Sala de Comparação. São cerâmicas de diversos sítios de Portugal, de Espanha, de Itália e até do Norte de África que estão ali para serem comparadas entre si, e talvez especialmente com as da segunda Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira: Santa Olaia, Crasto e Chões (Vitrina J, Rocha 1905, 103).

Este programa científico do Museu arqueológico e etnográfico morreu em 1910 com o seu fundador. Dos companheiros, alguns já tinham falecido (Rocha Peixoto 1868-1909), outros dispersaram-se (Ricardo Severo, emigrou para o Brasil) e os que permaneceram na Figueira não tinham os conhecimentos, o ânimo ou as prioridades de Santos Rocha<sup>1</sup>. O Museu manteve-se mais ou menos estático até aos anos 40 do século XX, quando já sopram novos ventos e os protagonistas são outros. O acervo é transferido para o segundo andar do edifício camarário e a agulha programática altera-se radicalmente. Se é certo que continuam a existir uma Sala de Arqueologia e uma Sala de Etnografia (assim designada pela primeira vez) surgem novas salas com nomes de grandes vultos figueirenses ligados às artes, Sala Mário Augusto (Pintor) e Sala David de Sousa (Músico), Sala de Escultura Religiosa, Sala de Cerâmica, Sala de Numismática e – pasme-se! – uma Sala de Curiosidades, qual negação de qualquer programa científico<sup>2</sup>. Aparentemente o termo secção passa a denominar apenas os corredores: Secção de Armas e Secção de Lapidar<sup>3</sup>. Para as coleções artísticas, a museografia acompanha o ar dos tempos, modernista na luz zenital e nos sofás.



Figura 4. Sala Mário Augusto, 1945.

O discurso do Professor Doutor Joaquim de Carvalho, na sessão inaugural deste programa e disposição museográfica, depois de fazer o elogio de Santos Rocha como arqueólogo pré e proto-historiador, justifica a mudança de rumo de forma lapidar: “porque os olhos Santos Rocha, de tanto perscrutarem no passado longínquo e nebuloso, como que se haviam tornado cansados para a visão próxima de outras manifestações, designadamente da criação estética.” (In Memoriam, 1945, 18) A Figueira alinhava com a “Política do Espírito” do Estado Novo.

Na Sala de Etnografia, tudo parece limpo e asseado, a avaliar pela reportagem fotográfica das novas instalações. O pé direito é escasso e por isso os armários já não podem apresentar-se por inteiro; separam-se as partes de baixo (à direita) das partes de cima. O papel do museógrafo Ferreira Loureiro (1839-1904) pertence agora a António Vítor Guerra, conservador e diretor.



Figura 5.  
Sala de Etnografia.  
Edifício dos Paços do  
Concelho, 1945.

MUSEU MUNICIPAL DR. SANTOS ROCHA. — NOVAS INSTALAÇÕES. — SALA DE  
ETNOGRAFIA. — JUNHO DE 1945.

Em 1981, a Sala de Etnografia abriu ao público em novo edifício, projetado pelo arquiteto figueirense Isaiás Cardoso, sob patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. Concretamente esta sala beneficiou do desenho museográfico do arquiteto Fernando Lanhas, com programa da conservadora Isabel Sousa Pereira. Para a exposição permanente foi feita uma seleção de peças africanas, de Angola e Moçambique.

Em 2014, a mesma sala foi objeto de alterações ao programa museográfico tendo sido retirada de exposição a coleção proveniente de Moçambique. Passou a estar exposto um núcleo considerável da coleção de Timor. As vitrinas permaneceram as mesmas e o pequeno mobiliário interior foi substituído por outro considerado mais adequado. (Fig. 6)



**Figura 6.**  
Sala de Etnografia no “edifício Gulbenkian”. Coleções de Timor e Angola, versão 2014, atualmente em exposição.

No momento presente, para além da parte exposta no circuito permanente, a coleção é visitável em reserva, mediante marcação prévia. Todo o mobiliário antigo sobrevivente foi recuperado para acomodar os objetos, garantindo a sua conservação preventiva e permitindo a sua visualização, num arranjo que evoca o espírito dos museus do século XIX/inícios do século XX.



**Figura 7.**  
Reserva de Etnografia, visitável desde 2014.

Rastreado o percurso da secção etnográfica ou sala de comparação e dos modos como foi exposta, importa neste momento dar conta das linhas de investigação que sobre ela recaem na atualidade.



### 3. O Projeto “TRANSMAT: Materialidades transnacionais (1850-1930): reconstituir coleções e conectar histórias”

Este projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2021-2024), tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as coleções transnacionais de dois museus portugueses, o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e o Museu Municipal Santos Rocha (MMSR). Nesse âmbito a coleção de comparação do Museu Municipal Santos Rocha, atualmente designada como coleção etnográfica (parcialmente exposta no circuito de visita permanente e acessível nas reservas visitáveis desta instituição) irá assim ser analisada, interpretada e documentada por uma equipa multidisciplinar no âmbito do projeto TRANSMAT. Cruzando os olhares de museólogos, arqueólogos, antropólogos, filósofos, historiadores da ciência e da arte, o projeto recorrerá a uma metodologia de análise cruzada de múltiplas fontes históricas com o objetivo de reconstituir a biografia dos objetos e o itinerário geográfico e científico das coleções dos dois museus.

Contextualizando o significado da circulação dos bens culturais provenientes de vários países e continentes, em particular na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, o projeto pretende identificar os processos de deslocação dos bens culturais que compõem estas coleções, documentar redes de atores, as cronologias e as formas de deslocação, bem como compreender o papel desempenhado por essas coleções ao longo do tempo, desde a sua incorporação nos dois museus até ao presente. O projeto compreende ainda uma outra vertente de investigação que procurará compreender como as redes intelectuais e comerciais formadas a partir de meados do século XIX (algumas até ao século XX) contribuíram para o desenvolvimento da Arqueologia, da Antropologia e da perceção do ‘outro’ em contextos europeus.

Por opção e coerência conceptual o projeto TRANSMAT detém-se em 1930 e, por isso, não abrange as incorporações posteriores, o que equivale a dizer que não abrange quase um século (92 anos) de vida do MMSR. Não sendo este o momento e o lugar para rastrear todas as incorporações de objetos não europeus, existe, porém, uma coleção que merece destaque pelo importante papel que tem na exposição permanente e pelos múltiplos olhares investigativos de que pode beneficiar.

### 4. A coleção de mobiliário indo-português: doações, legados e compras

No Museu Municipal Santos Rocha, o núcleo de mobiliário indo-português, que nos remete para outras culturas e outras épocas, foi sendo formado por peças de diferentes proveniências, fruto de doações, legados e compras, que o foram aumentando e enriquecendo.

Notícia em diversos jornais coevos, a 25 de setembro de 1967, no Grémio do Comércio (Casa do Paço), foi inaugurada uma exposição que mostrava ao público o espólio doado ao Museu pelo Conde de Vinhó e Almedina, António Homem Machado de Figueiredo de Abreu Castelo Branco (1871-1969). Desta doação, composta por 18 objetos, destaca-se um jarrão japonês e o mobiliário indo-português: duas mesas; um aparador e um contador, atribuídos ao século XVII.



Figura 8.  
Doação do conde de Vinhó e Almedina, em exposição temporária na Casa do Paço, 1967.

A 19 do mesmo mês, o Conde de Vinhó e Almedina foi unanimemente nomeado pela Câmara como “Cidadão Honorário da Cidade da Figueira da Foz” e ao receber esta distinção informou que todo o recheio do seu Solar de Gouveia e do Palacete de Lisboa, ora expostos na Casa do Paço, na Figueira da Foz seriam doados ao Museu Santos Rocha.

Posteriormente, e por disposição testamentária de sua viúva, deu entrada no Museu outro conjunto de mobiliário, legado de Florinda Fragoso Machado Homem (? -1976), Condessa de Vinhó e Almedina, cumprindo a vontade expressa pelo seu marido.

Para além do mobiliário indo-português, foram legadas outras peças de valor artístico, algumas de fabrico oriental, como é o caso de alguns leques, das respetivas caixas, e de peças de cerâmica.



**Figura 9.**  
Contador indo português, do século XVII, doado pelo Conde de Vinhó e Almedina, “(...) desvelado protetor dos artistas – verdadeiro espírito de mecenas! – e colecionador de obras de arte (...)” (Ruy Tovar 1958). Em 1970 figurou numa exposição em Londres, no Victoria & Albert Museum, intitulada “A Arte e o Comércio com a Índia”.

Em 1975 todas as coleções são transferidas e instaladas no atual edifício do Museu Municipal Santos Rocha. O espaço destinado ao mobiliário indo-português é cuidadosamente pensado e desenhado pelo arquiteto Fernando Lanhas e pela Conservadora do Museu, Isabel Pereira, abrindo ao público em 1980. Desde então, este espólio inicial foi aumentado e enriquecido com outros objetos de distinto valor museológico.



**Figura 10.**  
Mobília adquirida a Maria Eugénia Águas Cruz em 1975.

Num processo iniciado em 1959, e após diversos anos de negociações, a Câmara Municipal adquire a Maria Eugénia Águas Cruz, em 1975, um conjunto de 12 móveis indo-portugueses, do século XIX, adquiridos na Índia por um seu familiar, Capitão da Marinha Mercante. Ao inicial acervo do Museu juntou-se 1 mesa-redonda, 2 mesas de encostar, 1 canapé e 8 cadeiras. Esta mobília terá sido utilizada pela família real, D. Luís I e D. Maria Pia, aquando da sua visita à Figueira da Foz em 1882 para a inauguração da linha do caminho-de-ferro da Beira Alta.



**Figura 11.**  
**Mobiliária adquirida à família**  
**Beja da Silva.**  
**O pano estampado não faz**  
**parte desta incorporação.**

Em 1976 entra no Museu, em depósito, um conjunto de mobiliário indo-português do século XIX, pertença de Domingos Alexandrino Poeira Beja da Silva. Posteriormente, Lídia Beja da Silva manifesta à Câmara a sua intenção de vender este mobiliário e, em 1987, a Câmara delibera a aquisição de 7 peças: 2 cadeiras, 1 canapé, 2 pequenas mesas quadrangulares, 1 mesa de centro hexagonal e 1 espelho. A esta família foi ainda adquirida uma colcha indo-portuguesa, em seda.

Feita a instalação do mobiliário na exposição permanente, e numa segunda fase de aperfeiçoamento, foram compradas três colchas com motivos indo-portugueses, que se colocaram no mesmo espaço, e que se pretendia contribuíssem “(...) para dar o ambiente necessário à exposição” (Pereira 1982).

Se os processos de incorporação, por doação, legado e compra geraram ampla documentação que os elucida cabalmente, já a origem dos objetos, o seu contexto de produção e comercialização carecem de investigação que, em substância, não difere das problemáticas teóricas que presidem ao projeto TRANSMAT. Biografias dos objetos, seus trajetos geográficos e científicos; biografias dos atores: os antigos possuidores, os negociantes, os beneméritos dos Museus e os profissionais que os estudam, conservam e comunicam em “celebração” expositiva, ao longo da vida dos Museus... É assim a vida fascinante dos objetos e das pessoas a quem servem e que deles se servem. ♦

#### BIBLIOGRAFIA

- Jardim, João. [1898]. Notas etnográficas sobre os povos de Timor. *Portugalia*, tomo 1, fasc. 2: 355-359.
- Jardim, João. [1900]. A cerâmica em Timor. *Portugalia*, tomo 1, fasc. 4: 823-825.
- In Memoriam da reabertura do Museu Municipal Dr. Santos Rocha. 1945. Figueira da Foz: Grupo dos Amigos do Museu.
- Livro de Actas. 1967. Câmara Municipal do Concelho, n.º 139. Figueira da Foz.
- Pereira, Isabel. 1982. *Roteiro do Museu Municipal do «Dr. Santos Rocha»*. Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Pereira, Isabel. 1986. *Museu Municipal. Noção Histórica*. Cadernos Municipais 17. Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Pereira, Isabel e Cardoso, Paula. 1994. *Museu Municipal Dr. Santos Rocha: Noção Histórica*. In Museu Municipal Santos Rocha: Centenário (1894-1994), Figueira da Foz: Câmara Municipal.
- Rocha, António dos Santos. 1905. *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo Geral*. Figueira: Imprensa Lusitana.
- Art & The East India Trade. 1970. London: Victoria and Albert Museum.
- Tovar, Ruy. 1958. Conde de Vinhó e Almedina. *O Figueirense*, Ano 40, n.º 3184, 11 de Outubro.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Há vários indícios de que Santos Rocha depositava muitas esperanças em Luiz Wittnich Carrisso (1886-1937), jovem membro da Sociedade Arqueológica (SA) a quem até deu a primazia em escavações da fase final da vida. Porém, Carrisso acabaria por trilhar brilhante carreira universitária como botânico, esquecendo a SA que assim se finou com o seu fundador.
- <sup>2</sup> Em 1962 seria inaugurada a Sala Raul Xavier, escultor.
- <sup>3</sup> A partir de 1962, surge a seção de escultura religiosa, também um corredor, já que o espaço – e a dignidade – passou para a Sala Raúl Xavier.